

A PRESENÇA DE UMA PREMISA CATEGORIAL: A ESPACIALIDADE NOS CONCEITOS-CHAVE DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Gilvan Charles Cerqueira de ARAÚJO¹

RESUMO

O pensamento geográfico desde a sua origem é marcado pela questão das definições fronteiriças do alcance teórico do seu objeto de estudo: o espaço. Ao longo do desenvolvimento de diferentes correntes na Geografia. Destas linhas de pensamento surgiram conceitos e desmembramentos epistemológicos da categoria espaço, dos quais, figurando como principais, podemos lembrar da paisagem, do território, do lugar e da região. Esta permanência da unidade de sentido para com a preocupação espacial do objeto estudado, presente nestes e conceitos é que faz com que o espaço, enquanto categoria, se torne presente direta e indiretamente nos conceitos e princípios do ecrã discursivo do pensamento geográfico. O presente texto, por meio de uma revisão bibliográfica, destina dissertar e debater sobre algumas das principais características destes conceitos, tendo cada qual uma especificidade em sua espacialidade tanto enquanto aporte teórico como aplicação metodológica, no interím do cânone do pensamento geográfico. Para tanto, serão lembradas as características destes conceitos e sua relação com a Geografia, e assim, espera-se chegar a uma exposição da presença da premissa categorial do espaço e espacialidade nestes conceitos tão caros ao plantel de elucubração, explanação e análise da Geografia.

Palavras chave: Espacialidade. Conceitos. Pensamento Geográfico. Epistemologia.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade de Brasília, docente da rede particular de Ensino Fundamental e Médio do Distrito Federal.

THE PRESENCE OF THE CATEGORIAL PREMISE: THE SPATIALITY IN THE KEY-CONCEPTS OF THE GEOGRAPHIC THOUGHT

ABSTRACT

The geographic thought from its origin is characterized by the question of the border definitions theoretical reach of its object of study: space. During the development of different currents in Geography. These different currents have emerged concepts and dismemberment epistemological space category, of which, appearing as the main, we can remember the landscape of the territory, the place and the region. This permanence of the unit to meaning the concern the object under study space, and present these concepts is what makes the space, as a category, this becomes both directly and indirectly on the concepts and principles of discursive display of geographic thought. This paper, through a literature review, then consider some of the main characteristics of these concepts, each having specificity in its spatiality theoretical as well as methodological application, in the meantime the canon of geographical thought. So it must be remembered the characteristics of these concepts and their relation to geography, and so it is expected to reach an exposition of the presence of the premise cateogirial space and spatiality in these concepts so expensive to the squad of elucubration, explanation and analysis of Geography.

Keywords: Spatiality. Concepts. Geographic Thought. Epistemology.

1 INTRODUÇÃO

Cada ciência é uma visão de mundo, uma maneira de encará-lo a partir de seu instrumental metodológico. Deste modo, desde o seu surgimento, uma ciência passa por momentos de inflexões históricas, nos quais ocorrem alterações consideráveis em seus postulados. Gaston Bachelard (1996) refere-se a estas inflexões como sendo os denominados obstáculos epistemológicos, podendo estes se mostrarem tanto num momento de avanço como de estagnação e retrocesso dos postulados discursivos e parâmetros de análise destes conhecimentos científicos.

Por se tratarem de visões de mundo, as ciências são, por assim dizer, discursos carregados de significações próprias, a respeito do modo como apreendem em suas áreas de atuação os fenômenos que lhe competem. Desta maneira, estes discursos estão sujeitos a produzirem dissidências dos termos categoriais e conceituais que os fundamentam. E na história do pensamento geográfico é possível encontrarmos a manifestação tanto das inflexões epistemológicas como também da produção destas especificações temáticas nas diferentes correntes de pensamento desta ciência.

A Geografia, ao longo de sua história, produziu conceitos-chave de seu escopo teórico. E o espaço primordialmente tido como epicentro epistêmico de todas as formulações pertinentes ao discurso geográfico fora substituído em muitas ocasiões por alguns dos seus conceitos dissidentes, a saber: o lugar, a região, a paisagem e o território. Cada um destes conceitos obteve notoriedade nas diferentes correntes de pensamento existentes ao longo do processo de evolução da Geografia. De acordo com Antonio Christofolletti (1982), estas correntes promoveram amplos debates entre si, cada qual advogando em própria defesa o direito de ser o farol da atividade geográfica em seus períodos áureos.

Já na opinião de Moraes, há uma clara situação de dispersão epistemológica na Geografia, justamente pelo fato de não haver esta tradição de unicidade no coro teórico da mesma, fazendo surgir verdadeiros fantasmas teóricos. Este fantasma – ou fantasmas, no caso da Geografia – é nada menos que a multiplicidade de termos e abordagens que o próprio espaço recebeu dos geógrafos e suas alas de pensamento correspondentes, portanto: “Vê-se nas propostas uma profunda identidade entre objeto, método e opção de interdisciplinaridade. Sobrepondo-se a todo esse quadro, pontifica o fantasma da indefinição do objeto geográfico” (MORAES, 1986, p. 34).

Esta preocupação de Moraes acaba por ser uma reincidência nos autores que se debruçam sobre os meandros das características epistemológicas do pensamento geográfico.

Assim, para Milton Santos (1996) o que se deve buscar é uma unidade da linguagem no objeto de uma ciência, podendo assim haver confluência ou diálogo de diferentes métodos, mas mantendo a contundência da base disciplinar original, pois, no fim, o objeto de e no que tange à Geografia temos o espaço como epicentro desta busca pela unidade discursiva do seu aparato epistemológico: “Na realidade, o *corpus* de uma disciplina é subordinado ao objeto e não o contrário. Desse modo, a discussão é sobre o espaço e não sobre a geografia; e isto supõe o domínio do método.” (SANTOS, 1996, p. 10), e também o mesmo autor nos trás uma colocação de Stiegler (1994 apud SANTOS, 1996, p. 49) neste âmbito da linguística para as ciências: "aqui é o ponto de vista que cria o objeto".

O *corpus* ou o ponto de vista mencionado pelos autores é formado, então, por esta junção das aplicabilidades da categoria de espaço a diferentes fenômenos. Logicamente a construção de tal certame traz aos geógrafos a necessidade de se manter um diálogo constante com outras ciências que tangenciam a espacialidade dos fatos e fenômenos do mundo, contribuindo assim para a particularidade do olhar geográfico, abarcando as questões escalares, concretas, abstratas, econômicas e políticas do espaço.

Desta maneira, podemos afirmar, no que diz respeito à história da Geografia, que apesar da criação e difusão de diferentes conceitos, procura por princípios de norteameto metodológicos e influência do escopo teórico de ramos do saber afins, há de todo modo uma transversalidade categorial do espaço nesta dinâmica não só da Geografia oficial em seu entendimento de surgimento no fim da modernidade, mas também, em toda a perenidade das preocupações sobre as explanações dos fatos em sua expressão espacial ao longo da história da humanidade.

Façamos então uma breve retomada dos conceitos trazidos neste texto em sua proeminência e salutar importância dentro do pensamento geográfico, por meio da sua abrangência aplicativa e fundamento espacial. Não há pretensão aqui de extrair toda a profundidade epistemológica de cada conceito (lugar, paisagem, região e território), mas como objetivo, fica a intenção de apresentar em linhas gerais a permanência em cada um destes conceitos-chave da Geografia à premissa discursiva da referência espacial presente no sentido de seus enunciados, engendrados de toda uma gama de estudos temáticos e laços epistêmicos sustentadores da lógica do discurso espacial inerentemente caro à Geografia.

2 A ESPACIALIDADE

É mister a qualquer campo do saber a necessidade de um cânone discursivo que fundamente as colocações que o caracterize e singularize enquanto tal. Este arcabouço teórico formado por conceitos, temas, correntes e matrizes de estudos faz parte de uma construção histórica². Segundo Demo (1995) é imprescindível ao se tratar da história de desenvolvimento das ciências sociais, e neste caso se enquadra a Geografia, levar em consideração a importância do âmbito da circunscrição situacional (espacial e temporal) do período em recorte para efetuar esta análise de retrospecto.

Este é um dos motivos pelos quais há invariavelmente uma gama considerável de situações, contextos, ações e registros que acabam por ser denominados geográficos (ou sufixados com a chancela de outro ramo do saber: sociológico, antropológico, histórico, etc.). Este fenômeno de *geografização* se dá pelo fato de haver uma contiguidade discursiva neste percurso histórico, ou seja, a perenidade da preocupação com as questões espaciais em suas diversas modulações temáticas, sempre tendo o espaço como centralizador e demarcador destes fenômenos como sendo de cunho geográfico:

Acumulou-se assim sob o rótulo de geografia, um repertório de informações as mais diversas sobre a Terra e sua ocupação pelos homens. O conhecimento do esparso é extremamente diversificado, indo desde os hábitos alimentares às riquezas minerais, dificultava a sistematização. A visão pontual e fragmentada do espaço geográfico, a partir do relato de especificidades e particularidades dos lugares, não dava margem à generalizações nem ao desenvolvimento de um esquema interpretativo que permitisse à geografia fornecer o entendimento do mundo como um todo. (FERREIRA, p. 92).

E ainda sobre esta centralidade histórica da preocupação espacial, Dollfus (1978) ressaltou o âmbito da variabilidade do próprio entendimento do espaço nas diferentes sociedades existentes no mundo. Para o autor: “O significado do espaço varia de acordo com os indivíduos e sua função, e segundo as épocas” (DOLLFUS, 1978, p. 55). Em outras palavras, o espaço, ou melhor, o seu entendimento social nas escalas individual e coletiva, possui uma historicidade e também uma geograficidade. Há assim de se ter uma devida acuidade analítica justamente por haver a existência destas peculiaridades contextuais e situacionais das diferentes acepções de

² “Na prática, as ciências sociais são um fenômeno social comum, submetido aos condicionamentos históricos típicos. A par de marcas formais que sobrevivem ao tempo e ao espaço, como a própria lógica formal, variam decaem, reinventam-se, formando também uma unidade de contrários em que não faltam a briga e a detração.” (DEMO, 1995, p. 30).

espaço, pois este: “categoriza uma determinação da realidade social – a espacialidade –, que se constrói um olhar geográfico” (CAVALCANTI, 2002, p. 128).

Esta será, portanto, a essência primeira no que diz respeito ao espaço no cerne de desenvolvimento do pensamento geográfico, ou seja, como uma premissa categorial. E da inquirição sobre a expressão espacial dos fatos e fenômenos é que poder-se-á engendrar uma compreensão dos processos de ação e reação que acometem o ser humano no meio em que este vive, agindo sobre o mundo que o circunda, e sendo atingido pelas características da totalidade deste mundo, num interminável movimento escalar entre o singular e o universal: “[...] o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada e subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia.” (SANTOS, 1978, p. 145).

Ao se procurar uma definição da natureza do espaço geográfico é imprescindível então levar em consideração estas duas premissas epistemológicas que o compõem e o fundamentam: a sua inerente condição histórica de multiplicidade de entendimentos sobre seus limites, extensão e conexões; e, por outro lado, há a instância maior de sua condição de constructo da própria possibilidade de existência do homem, ou seja, da espacialidade como condicionante inquebrantável do limite entre a totalidade ôntica e conseqüentemente do substrato ontológico que a subjaz, condição esta explícita no caráter escalar essencial ao entendimento da afetação do todo nas partes e vice-versa.

Para Martins (2007, p. 39): “O nosso existir, e a consciência desse existir enquanto homens, dá-se na medida em que designamos, conceituamos a realidade que nos cerca, ou seja, nossa alteridade, o meio.” Pensar o espaço, e este é o ofício primeiro concernente ao fazer Geografia, é estar a disposição para encarar as faces material e abstrata que compõem este espaço, indo além de sua aparência para assim chegar a sua essência:

[...] pensar o espaço defronta-se com a espacialidade, da qual tudo o que se disse é aparência. Mas, a espacialidade não é apenas dos objetos. Há o espaço do corpo e seus prolongamentos. Há também o espaço da mente. Como o tempo e o movimento, o espaço é fundante do existir, e, portanto, do pensar. Sendo assim, ele é algo físico, uma ‘coisa’, e é algo social, algo criado pelo trabalho. O primeiro, precede a existência humana; o segundo, nasce da valorização do natural como fonte de vida. Mas, essa constatação é resultado, desde logo, do pensar o espaço. Pensá-lo como dado e pensá-lo como artefato que a mente projeta. (SILVA, 2000, p. 18).

E se o espaço geográfico pode ser entendido em seu aspecto processual histórico e existencial individual e coletivo, então temos sobremaneira uma via de acesso à compreensão de uma das principais características que compõem a complexa e diversificada esfera espacial das sociedades humanas, que é a possibilidade de construção de diferentes matrizes de concepção de individuação ou coletivização dos espaços. Por esta razão é que ao longo da história (o processo) haverá inevitavelmente atributos diferenciados para a essência da realidade objetiva (as espacialidades) cravando historicidades e geograficidade inerentes ao próprio desenvolvimento do fundamento geográfico:

Quando se identifica esse fundamento geográfico, quando é claro a fenomenicidade geográfica, a ciência geográfica os nomeia de forma diversa. Receberam ao longo da história da disciplina um conjunto de designações, são elas: “fatores geográficos”, “fatos geográficos”, “elementos geográficos”, “aspectos geográficos”, “causas geográficas”, ou, simplesmente, “o geográfico”. Podemos somar a isso “determinação geográfica”, ou então falarmos diretamente da “Geografia” da realidade. Ou seja, quando estamos, por exemplo, identificando “elementos geográficos” ou então “determinações geográficas”, com isso não estamos apontando para a ciência e sim para a realidade. (MARTINS, 2007, p. 38).

Muitas foram as contribuições principalmente de caráter metodológico presente no desenvolvimento histórico da Geografia, sendo mais comum a adoção de processualísticas metódicas de campos do saber próximas ao labor geográfico ou então havendo a busca deste cânone de ações de pesquisa em outros saberes como foi o caso da proximidade, na Geografia Clássica, com as ciências naturais na busca pelas leis que regiam a organização e os fenômenos do espaço. Esta mobilidade metodológica, todavia, não diluiu a premissa categorial presente na totalidade das formulações teóricas da Geografia, que é a presença do caráter espacial, seja numa perspectiva geométrica, econômica, estatística, crítica ou mais recentemente expandida em sua face existencial e simbólica, assim como a do viés crítico de sua análise (GOMES, 2007).

Apesar destas inflexões de abordagens no pensamento geográfico, alguns conceitos se sobressaíram em notoriedade, recorrência, importância e aprofundamento, como, é caso do lugar, o território, a paisagem e a região, sem, é claro, abandonar a premissa categorial direta e indireta da espacialidade dos fenômenos e fatos aos quais tais conceitos contemplam em sua entoação analítica pelos geógrafos. Cada um destes conceitos a seu modo e com os representantes da Geografia que os desenvolveram analiticamente, procurou dar conta dos fenômenos espaciais na totalidade e individualidade dos fatos geográficos concernentes aos seus ditames aplicativos e horizontes de aprofundamento teórico.

Há uma diversificação das potencialidades de operacionalização da espacialidade por meio de cada um destes conceitos atinentes ao pensamento geográfico. Assim, haverá modulações temáticas das mais pertinentes e variadas no que diz respeito ao uso e aprofundamento de cada um destas acepções teóricas, indo da preocupação com as configurações territoriais da manifestação do modo de produção vigente, passando pela afetação imagética das representações sociais no espaço e chegando à necessidade de uma dialogia entre o total e o particular, numa das principais características da Geografia, que é a questão da mobilidade escalar do seu olhar sobre a realidade, na construção de uma contribuição intelectual, embasada no espaço geográfico, que contemple as singularidades e universalidades do mundo que nos circunda, em que atuamos e transformamos ao mesmo tempo em que somos afetados e transformados (LEFEBVRE, 2008).

Muitas vezes, verdadeiras correntes de pensamento se estabeleceram por meio de uma raiz argumentativa pautada em um destes conceitos, havendo, assim, novamente as já mencionadas historicidades e geograficidades da própria construção do conhecimento. Mas, inegavelmente houve para cada um destes conceitos a presença da premissa categorial do espaço e seu processamento epistemológico como fundamento da construção dos mesmos, ou seja, a espacialidade inerente a toda contribuição teórica concernente ao pensamento geográfico. Vejamos, portanto, algumas das principais características de cada um destes conceitos e a expressão da espacialidade enquanto fundamento categorial que os sustentam no escopo epistêmico da Geografia.

3 O LUGAR

O conceito de lugar possui uma relação intrínseca com o sentimento de pertencer, a ligação identitária e subjetiva do indivíduo com o meio que o circunda. Por esta alusão a um caráter emocional é que o conceito de lugar por vezes foi negligenciado nas correntes geográficas mais duras em seus discursos e métodos – o seu termo corresponde sem o extrato subjetivo que é o local, acabava por predominar em detrimento de sua neutralidade no uso discursivo –, que primavam pelo teor lógico, sistemático e experimental, como foi o caso dos quantitativistas e naturalistas clássicos (TUAN, 1982).

Assim, pensar o lugar é antes de tudo admitir a validade que há no elo emotivo entre homem e o ambiente em que este vive. Esta especificidade é que dá origem aos lugares, variando

em suas formas de manifestação, características físicas e abstratas e também as suas localizações. Por isso um lugar pode variar do lar de uma família à totalidade espacial de um país, desde que haja a ligação subjetiva do homem com uma porção particular do espaço geográfico:

Os lugares humanos variam grandemente em tamanho. Uma poltrona perto da lareira é um lugar, mas também o é um estado-nação. Pequenos lugares podem ser conhecidos através da experiência direta, incluindo o sentido íntimo de cheirar e tocar. Uma grande região, tal como a do estado-nação, está além da experiência direta da maioria das pessoas, mas pode ser transformada em lugar – uma localização de lealdade apaixonada – através do meio simbólico da arte, da educação e da política. (TUAN, 1982, p. 149).

Esta colocação de Tuan vai ao encontro dos principais estudos atuais sobre a questão da importância do lugar no âmbito do cânone conceitual da Geografia. Deste modo, o lugar passa a ser encarado em toda a sua multiplicidade temática, e isto ocorre justamente pelo fato de neste conceito haver uma mobilidade escalar que permite um diálogo tanto entre o indivíduo como a coletividade, assim alinhando estes extremos por meio da alteridade simbólica e representacional presente no potencial de identificação entre o ser humano e o meio que o circunda, ambos projetados no conceito de lugar. Para Rogério Haesbaert:

Esta capacidade de modular-se em diferentes escalas dá ao lugar uma proximidade a outro conceito que lhe é paralelo, ou seja, a territorialidade. Diferente do conceito de território onde o poder é o ponto de sustentação ao fundamento do termo, quando se enuncia a territorialidade a matriz de sustentação passa a ser a relação simbólica e emocional do indivíduo, ultrapassando a conotação política existente na noção terminológica de território: “A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais” (HAESBAERT, 2005, p. 6).

E, segundo o autor, ainda podemos alinhar no mesmo horizonte epistemológico os conceitos de lugar e territorialidade, sendo que no primeiro haverá uma maior maleabilidade no trato com as questões da subjetividade em relação ao espaço geográfico, e no segundo ocorre o fortalecimento da imbricação política do pertencimento, quando o poder se torna o balizador da análise simbólica das representações espaciais.

Outra acepção muito difundida nos últimos anos com relação ao conceito de lugar é a da denominada corrente crítica da Geografia. De um modo geral os principais geógrafos desta ala do pensamento geográfico admitem o lugar como “o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local, enquanto especificidade concreta e enquanto momento” (CARLOS, 1996, p. 16). Em outras palavras o lugar passa a ser o caráter

diferenciador das diferentes localizações existentes na totalidade do mundo existente, na formulação das particularidades espaciais dos recortes escalares do espaço geográfico:

[...] significa pensar a história particular (de cada lugar), se desenvolvendo, ou melhor, se realizando em função de uma cultura/tradição/língua/hábitos que lhe são próprios, construídos ao longo da história e o que vem de fora, isto é, que se vai construindo e se impondo como consequência do processo de constituição do mundial. CARLOS (1996, p. 20).

Das principais contribuições dos geográficos críticos o que observamos é a recorrência do conceito de lugar como variabilidade discursiva para a expressão da singularidade de recortes espaciais (GOMES, 2007), e no fundamento do modo de produção capitalista é a produção destas singularidades na teia da interligação mundial da totalidade do liberalismo, a busca passa a ser pela unicidade das particularidades dos lugares, para Milton Santos (1988, p. 34): “quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos”.

Dentro do cânone crítico do pensamento geográfico, pensar o lugar é realizar o movimento escalar de análise entre o mundo e o lugar, ou seja, é a dialética entre o local e o global que toma visibilidade com o foco nas contradições e idiossincrasias que fomentam tal relação entre os elementos que compõem esta dinâmica, social, histórica e espacial.

E apesar da utilização do conceito de lugar dentro da geografia crítica a elevação e difusão máxima do conceito de lugar ocorreram especialmente com a corrente da Geografia Humanista e Cultural³. Esta passagem valorativa é chamada por Thrift (2009) de espaço-lugar ocorrida quando há o salto de valorização de uma determinada área pelo homem, fazendo com que haja uma identificação com o espaço que está além de uma explicação quantitativa ou estatística dos sentimentos envolvidos. O que observamos de acordo com os argumentos deste autor é que o conceito de lugar, dependendo das circunstâncias de posicionamento epistemológico ao qual está vinculado, poderá figurar-se como ponto de partida e chegada da análise geográfica.

Por meio destas considerações expostas temos, então, um breve panorama da amplitude do conceito de lugar. Assim como os demais conceitos-chave da Geografia, o lugar tem um lugar cativo no rol de proeminência do arcabouço linguístico, conceitual e metodológico do pensamento geográfico, contribuindo tanto no âmbito das análises de viés

³ Mesmo com a utilização do conceito de lugar na Geografia Crítica para o argumento da totalidade e singularidade, é com o território que os geógrafos desta corrente irão se voltar com maior profundidade. Já no âmbito da tendência cultural da Geografia, o lugar atinge grau de importância considerável, quando, por exemplo, o mesmo é alçado em pesquisas de topoanálise (representação espacial na literatura) e Geopoética (a mesma análise espacial voltadas para o formato poético de textos), e os estudos de valoração subjetiva de diferentes localidades.

subjetivo e simbólico como também para o aprofundamento crítico do impacto espacial do modo de produção capitalista contemporâneo.

4 A REGIÃO

A palavra região possui sua origem do latim *regere*, de onde surgiram outros vocábulos como *reger*, *regência* e *regra*. Em Roma, região significava as repartições do Império, por isso, fica fácil entendermos a relação entre este conceito e seu uso para fins administrativos e políticos na atualidade (CORRÊA, 1997). Dividir para melhor governar, estas eram as premissas do Estado romano, culminando num complexo sistema de repartição fronteiriça dos seus domínios.

Muitos órgãos governamentais se utilizam deste significado clássico (romano) de região, ou seja, a região como uma porção do espaço a ser regida por um órgão político – na maioria das vezes representada na figura do Estado – que possui o domínio sobre este recorte espacial específico; no Brasil temos o IBGE com suas gerências setoriais, atuando de acordo com as especificidades de cada uma. Desta carga histórica de aplicação da comparação de áreas distintas e suas características, Johnston traz a seguinte definição de região:

As regiões são caracterizadas por uma homogeneidade quanto a características preestabelecidas, selecionadas em função de sua relevância no esclarecimento das diferenças de áreas. Dois tipos de região eram identificados: a região formal (ou região uniforme), na qual toda a área é homogênea quanto ao fenômeno ou fenômenos considerados, e a região funcional ou nodal, na qual a unidade é conferida pela organização em torno de um nó comum, que pode ser a área núcleo de um Estado, ou uma cidade no centro de uma área de relações comerciais. (JOHNSTON, 1986, p. 64, grifos do autor).

Podemos afirmar então que desde o seu nascituro semântico e prático/aplicativo o conceito de região esteve associado à necessidade de se estabelecer padrões de divisão para com o espaço geográfico, sendo que, num primeiro momento, o parâmetro utilizado para tal atividade foram as características naturais. Como afirma Andrade (1973, p.31): “[...] o homem costuma dividir o espaço de acordo com as características que apresenta em suas várias porções, levando em conta, sobretudo, as características oriundas da influência das condições naturais e do aproveitamento do espaço.” E, posteriormente, com o aumento da complexidade dos limites fronteiriços, passou-se a utilizar a divisão regional que superasse apenas as bases naturais do território.

E a diferenciação regional pelas características naturais, como, por exemplo, acidentes geográficos, cadeias de montanhas, cursos d'água, etc, seria substituído pela delimitação do espaço geográfico principalmente a partir do movimento de unificação dos países europeus na transição da Idade Média para a Moderna, assim como o foram os casos da formação da Itália e Alemanha na segunda metade do século XIX (CASTRO, 2005). Portanto, a delimitação de uma região acabar por ser tanto mais volátil quanto maior ou menor for a contingência situacional para tal exercício de estabelecimento de padrões de fronteira, sejam eles naturais, políticos ou culturais:

[...] nossa definição de região terá de ser extremamente geral, podemos dizer que uma região é uma área delimitada de acordo com certos critérios; teremos regiões diferentes, segundo os critérios que decidirmos utilizar.[...] Não se pode falar numa região melhor nem numa melhor definição de certa região (FRIEDMANN, 1960, p.33).

Também é importante lembrarmos que o conceito de região, assim como outros do escopo teórico da Geografia, sofreu algumas alterações ao longo do seu desenvolvimento histórico. Desta maneira, podemos, seguindo algumas das principais contribuições de representantes da Geografia e áreas afins sobre o conceito de região, encontrar uma visão clássica do conceito de diferenciação de áreas (regiões) em autores como Johann Heinrich von Thünen (um importante precursor das teorias da localizações espaciais no século XIX), Walter Cristaller, August Losch, François Perroux, Bernard Kaiser e Jacques Boudeville, que influenciaram principalmente as teorias econômicas da primeira metade do século XX; e, numa outra vertente, há os autores da renovação do conceito de região, expandindo seus horizontes de operacionalização temática para os campos da cultura, política e as novas tendências econômicas neoliberais (atendendo também ao âmbito da crítica a este modelo contemporâneo da economia mundial), temos alguns exemplos como Alejandro Rofman, José Luis Coraggio, Horácio Sormani e Alain Lipietz e também nomes do Brasil, como Roberto Lobato Corrêa e Fábio Macedo Soares Guimarães, dentre outros (CORRÊA, 1997; FRIEDMANN, 1960; GOMES, 2007).

Corrêa (1997, p. 191) reverbera sobre a importância o uso particularista aplicado ao conceito de região. “A diferenciação de áreas, resultante tanto de processos da natureza como sociais é a razão de ser da própria geografia como um saber dotado de uma relativa autonomia, constitui-se na base da possibilidade de se poder falar em região.”

E seguindo ainda o panorama apresentado por Lobato Corrêa a respeito do conceito de região, podemos lembrar os três momentos históricos de entendimento passados a respeito do termo no âmbito geográfico. A região natural comum à Geografia Clássica, agregadora dos aspectos

naturais e físicos do espaço, estando relacionada ao viés naturalista e determinista que faria uma analogia à sociedade em estudos comparados de características físicas e humanas do meio.

A segunda concepção é a de região-paisagem, mais comumente encontrada na tradição francesa liderada por Vidal de La Blache, onde estariam concentradas as relações e alterações sociais e culturais que o ser humano aplicaria ao mundo ao longo do tempo. Esta visão foi muito explorada pelos quantitativistas, aproximando a região da ideia de área (CHRISTOFOLETTI, 1982). Desta utilização prática saíram as propostas de diferenciação regional de municípios, estados e países em determinadas funcionalidades, o que ecoou numa densa e profícua geração de planejadores regionais.

E, por fim, após a década de 1970, o conceito de região foi inserido tanto nas discussões histórico-dialéticas da Geografia Radical como nos estudos culturais da corrente humanística – esta última ecoando a herança das coletas de dados comportamentais feitos pelos geógrafos da ala quantitativa, mas agora a interpretação passaria do teor estatístico para o cultural e simbólico (GOMES, 2007).

Dentro da Geografia Crítica ou Radical a região obteve uma atenção especial, principalmente por conta da situação contemporânea em relação a influencia econômica na organização geopolítica em diferentes escalas do globo, fazendo com que o conceito de região seja elevado a condição de foco dos debates do ecrã do pós-modernismo nas ciências sociais. Mas, no que refere à Geografia, a atualidade deste conceito se insere na discussão (assim como ocorre com o conceito de lugar) sobre a afetação da lógica capitalista no próprio entendimento das regionalidades, sendo a região, a localidade onde haverá ora o reforço ora a refutação da dominância de tal lógica dominante: “Hoje podemos entender a região como um espaço particular onde se combinam o geral (leis gerais do modo de produção capitalista) e o particular (as especificidades locais, que servem de oposição à tendência homogeneizadora do capitalismo)”. (RUA, 1993, p.231).

O geógrafo Milton Santos em uma de suas principais obras *Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica* (1978) onde traça importantes caminhos para a corrente geográfica crítica brasileira irá justamente discorrer sobre a importância da região dentro do nosso cenário contemporâneo. E isto significa que este conceito entra em voga de notoriedade tanto pelo seu entendimento como resistência a ordem dominante como pela sua importância ao próprio poder de expansão do capital, pois: “[...] a região continua a existir, mas com um nível jamais visto pelo homem” (SANTOS, 1978, p. 197). A região fica então justamente no limiar espacial da ordem global com as particularidades locais, num constante embate entre aspectos econômicos, políticos e culturais.

E esta visão do autor reforça a possibilidade de resistência, no entendimento e uso do conceito de região, contra a hegemonia capitalista, pois “[...] as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizam”. (SANTOS, 1978, p. 196). A região ocupa, assim, lugar de destaque nesta corrente da Geografia.

Já no que tange a Geografia Cultural temos a aplicação do conceito de região como importante recurso de estabelecimento ou procura pelas fronteiras de identificação dos aspectos culturais existentes no espaço geográfico. Deste ponto de vista é que o geógrafo Armand Frémont (1980, p. 17) dirá que: “A região, se existe, é um espaço vivido. Vista, apreendida, sentida, anulada ou rejeitada, modelada pelos homens e projetando neles imagens que os modelam. É reflexo. Redescobrir a região é pois procurar captá-la onde ela existe, vista pelos homens.”, e esta é a perspectiva utilizada dentro deste conceito no cerne da corrente cultural geográfica. Portanto, em acordo com esta premissa cultural na Geografia, a região é:

[...] uma porção territorial definida pelo senso comum de um determinado grupo social, cuja permanência em uma determinada área foi suficiente para estabelecer características muito próprias na sua organização social, cultural e econômica. Este espaço é portanto socialmente criado e vai se diferenciar de outros espaços vizinhos por apresentar determinadas características comuns que são resultantes das experiências vividas e historicamente produzidas pelos próprios membros das suas comunidades. (RIBEIRO, 1993, p. 214).

Por fim, regionalizar a totalidade do espaço significa separá-lo em áreas distintas, tendo como parâmetros diferentes tipos de características, sejam elas econômicas, sociais, políticas e culturais. Por isso, quando em Geografia se reflete sobre a região, o que vem à mente são duas práticas comuns ao labor geográfico, que são a variabilidade escalar da análise e também a estratificação analítica do espaço em diferentes temáticas, e nesta natureza dual e inerente ao conceito de região é que encontramos toda a sua riqueza epistêmica refletida em sua ampla e diversificada utilização nas diferentes correntes da Geografia.

5 A PAISAGEM

Para entender o conceito de paisagem é preciso remontarmos aos longínquos séculos XIV e XV, nos países flamencos, pois lá se desenvolveu a arte da representação paisagística como jamais se vira em outro momento em toda a Europa. Havia a busca pela riqueza de representação de detalhes, explorando as cores, pontos perspectivos, profundidades tonais,

etc. E foi aí que nasceu em meio ao movimento renascentista a palavra *landschap*, que posteriormente seria traduzida ou adaptada para outros idiomas (WANNER, 2010).

Deste modo, com o nascimento da palavra advindo da prática que demanda o seu significado (a representação do olhar pelas imagens) é que ocorre o nascituro de outra característica inerente à paisagem: a descrição. O ato de descrever significa ser detentor da técnica de observação e transcrição dos elementos presentes no mundo para outra forma de expressão, seja ela artística, prosaica, enciclopédica, etc. (MOREIRA, 2008). E é neste intuito que surgem as cartas cartográficas e os documentos monográficos dos viajantes europeus, que eram verdadeiros aventureiros descritores de paisagens desconhecidas aos povos europeus por vários séculos de exploração marítima.

Descrever é, em primeira instância, a tentativa de representação do mundo apresentado aos olhos de quem vê, e nesta composição descritiva é que ocorre o processo de intelecção dos elementos que compõem esta totalidade imagética. Cabe a esta descrição, que ao mesmo tempo é uma interpretação, abarcar as peculiaridades destes elementos, estabelecendo padrões, firmando os dados das primeiras e últimas impressões perceptivas e subjetivas. Enfim, dando à imagem a sua carga de profundidade conceitual e epistêmica passível da chancela de paisagem. Com o auxílio da Semiótica e da Estética, Maria Wanner nos apresenta os três passos que compõem este imbricado e complexo processo de intelecção da imagem em sua projeção na forma de paisagem:

Primeiridade e a qualidade da consciência imediata; e uma impressão (sentimento) *in totum*, invisível, não analisável, frágil. Tudo que esta imediatamente presente a consciência de alguém e tudo aquilo que esta na sua mente no instante presente. O sentimento como qualidade e, portanto, aquilo que da sabor, tom, matiz a nossa consciência imediata, aquilo que se oculta ao nosso pensamento. A qualidade da consciência, na sua imediaticidade, e tão tenra que mal podemos toca-la sem estraga-la.

A *secundidade* e a arena da existência cotidiana, estamos continuamente esbarrando em fatos que nos são externos, tropeçando em obstáculos, coisas reais, factivas, que não cedem ao sabor de nossas fantasias. O simples fato de estarmos vivos, existindo, significa, a todo momento, que estamos reagindo em relação ao mundo. Existir e sentir a ação de fatos externos resistindo a nossa vontade, e estar numa relação, tomar um lugar na infinita miríade das determinações do universo, resistir e reagir, ocupar um tempo e espaços particulares. Onde quer que haja um fenômeno, há uma qualidade, isto é, sua *primeiridade*. Mas a qualidade é apenas uma parte do fenômeno, visto que, para existir, a qualidade tem que estar encarnada numa matéria. O fato de existir esta nessa corporificação material. A *terceiridade*, a última das categorias, e a camada de inteligibilidade, ou pensamento em signos, Paisagens Sígnicas através da qual representamos e interpretamos o mundo (WANNER, 2010, p. 29-30).

Os olhos são de sobremaneira a porta de entrada para a primeira etapa da projeção imagética dos elementos das paisagens, e a sucessão da intelecção desta imagem múltipla transfigurada no caleidoscópio de significados e significantes da paisagem. Paisagens estas que permitem a profusão de uma gama imensurável de teorias da imagem e consequentemente de maneiras diferentes de se concebê-las, pois é na profundidade individual juntamente com a conjunção da intersubjetividade inerente à coletividade que podemos expandir a paisagem ao sentido amplo, ou seja, deste conceito como sendo a confluência dos cimos interpretativos de uma sociedade em relação ao mundo em que vive. A visão deste mundo e a ação para com ele, havendo para cada sociedade uma composição próxima do artístico das diferentes concepções paisagísticas que os subjazem:

O nosso olhar pode jungir os elementos paisagísticos ora neste ora naquele agrupamento, deslocá-los entre si de múltiplas maneiras, deixar variar o centro e os limites. Mas a imagem humana determina tudo isto a partir de si, realizou pelas suas próprias forças a síntese à volta do seu centro e, deste modo, delimita-se a si mesma, sem ambiguidade. Por isso, na sua configuração natural, aproxima-se já de qualquer modo da obra de arte, e esta pode ser a razão por que é sempre mais fácil, para o olhar menos exercitado, confundir a fotografia de uma pessoa com a reprodução do seu retrato do que uma fotografia da paisagem com a reprodução de uma pintura paisagística. A reconfiguração da aparência humana na obra de arte é inquestionável; só que ela resulta, por assim dizer, imediatamente do dado desta aparência, ao passo que frente ao quadro paisagístico existe ainda uma fase intermediária: a modelação dos elementos naturais na "paisagem" em sentido habitual, para a qual tiveram de concorrer já categorias estéticas, e que, por isso, ao situar-se no caminho para a obra de arte, representa a sua forma antecipada. As normas da sua realização podem, pois, compreender-se a partir da obra artística, que é a consequência pura, tornada autónoma, destas normas (SIMMEL, p. 12-13).

Desta maneira, a descrição da imagem do mundo gerará sua representação, para os geógrafos chamada de paisagem, perpassando estas três etapas da construção desta cristalização do recorte espaço-temporal na composição da paisagem. Os dois lados deste conceito – a representação e a descrição – se colocam em potência máxima de utilização quando estas duas faces de sua estrutura são encarados mais detalhadamente. Passamos a entender, por exemplo, o porquê da preocupação da escola francesa de geografia, por meio de Vidal de La Blache, em enfatizar ao máximo o ato de descrever as características imagéticas do mundo para assim compreender os significados de suas paisagens regionais e suas inter-relações (GOMES, 2007).

Também encontraremos na Geografia Cultural e Humanista a referência à paisagem. No entanto, o foco descritivo herdado das monografias regionais francesas passou a vigorar na perscrutação dos símbolos presentes no espaço e sua relação com o homem (CORRÊA, 2005). A inter-relação de todos os elementos paisagísticos passou a fornecer os componentes necessários para uma análise coletiva das características das sociedades e seus ambientes de vida.

O tratamento das paisagens pela geografia humanista, demonstra que os problemas colocados pela paisagem e por seus significados apontam para o coração da teoria social e histórica: problemas da ação individual e coletiva, do conhecimento objetivo e subjetivo, da explicação idealista e materialista. Se os estudos geográficos tradicionais da paisagem enfatizam a visão do estrangeiro (outsider) e se concentram na morfologia das formas externas, o humanismo geográfico recente procura reverter isto pelo estabelecimento da identidade e experiência do nativo (insider). Mas, em nenhum caso a estrutura da pintura foi partida e a paisagem inserida no processo histórico. A razão disso é que a paisagem é em si mesma um modo de ver, apropriado pela geografia com suas acepções ideológicas fundamentalmente inalteradas. Para compreender como isso aconteceu nós precisamos traçar a história dos modos de ver a paisagem e de controlar o mundo.” (COSGROVE, 1984, 38 – tradução própria).

Sobre esta proximidade da paisagem com a relação subjetiva individual e coletiva Werther Holzer diz que “[...] a paisagem, assim como o lugar e a região, é um desses termos que permitem à geografia colocar-se como uma das ciências das essências nos moldes propostos pela fenomenologia.” (HOLZER, 1997, p. 81). Vemos que para este autor é possível construir um linha dialógica entre o método fenomenológico por meio do conceito de paisagem (e também de região, esta última tendendo mais para sua desinência *regionalidade*), e da relação de valorização existente entre o homem e o meio que este vive, numa relação recíproca.

Em consequência desta ambição teórica de uma visão holística do espaço foram propostos métodos esquemáticos para tais análises como, por exemplo, a morfologia de Carl Sauer, Denis Cosgrove ou o russo Sotchava, indo dos aspectos econômicos aos técnicos e culturais, sendo amplamente utilizada nos estudos das características de vários estudos geográficos (CORRÊA, 2005).

Para além do entendimento do território, do lugar e da região, pensar a paisagem dentro da Geografia é procurar compreender o entrecruzamento das características físicas e sociais que juntas formam singularidades imagéticas, pertencentes às diversas comunidades humanas ao redor do globo. Para Ruy Moreira (2008, p. 43) “cada civilização cria e difunde sua paisagem depois de um longo curso de ensaio e ambientalização”. E, com estas prerrogativas, fica exposta a facilidade pela qual, desde sua origem terminológica no

enquadramento artístico, até as mais profundas teorizações contemporâneas, a paisagem se confunde com a própria totalidade espacial que nos circunda e define.

6 O TERRITÓRIO

Dos conceitos geográficos atualmente em voga, sem sombra de dúvidas o de território, se não é o que possui maior uso corrente, é o que mais se expande em suas aplicabilidades teóricas de reflexão nas fronteiras do pensamento geográfico. O território figurou como um importante conceito geográfico utilizado de forma técnica, racionalizada e política durante a passagem do século XIX para o XX. A importância da geografia política neste período contribuiu para a elevação do plano da Geografia enquanto ciência amplamente útil ao poder estatal; situação que foi combatida posteriormente por geógrafos críticos no período pós-guerra (GOMES, 2007).

Além desta valorização política, o território também possui uma ampla notoriedade pelo fato de ser o mais recorrente dos conceitos geográficos atualmente. Isso ocorre pelo fato de, nos dias atuais, entender-se que compreender o espaço é antes de tudo perscrutar as relações de poder que nele se desenrolam; daí a sublimação do território ao patamar categorial:

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista). (HAESBAERT, 2004, p. 3).

Sobre esta condição dialética do território também temos a posição de Marcelo Lopes de Souza diz que “[...] os territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.” (SOUZA, 2008, p. 81). Há uma aproximação entre esta ideiação e a apresentada por Hasbaert, tendo ambas como centro a questão do caráter multiforme do território, sua dinâmica

temporal intrínseca, o efeito do poder sobre o espaço que o estrutura enquanto domínio de uma dada porção do espaço e o componente social que o fundamenta⁴.

A virada de importância do conceito de território se deu juntamente na a insurgência da chamada Geografia Crítica ou Radical no início da década de 1970, com a retomada do pensamento marxista na análise da construção dialética do espaço geográfico. A notoriedade do conceito de território na corrente crítica se dá por sua adaptabilidade com a temática da diferenciação de forças e interesses no espaço; fazendo com que estas forças engendrem de forma desigual a produção do espaço, daí a conclusão de que a lógica dialética e materialista rege toda a amplitude do território (GOMES, 2007; MORAES, 1986, MOREIRA, 2008). Desta maneira na ala crítica do pensamento geográfico, e em especial no seu momento brasileiro, vemos uma tendência de configuração territorial como via de conceituação dos geógrafos pertencentes à esta corrente:

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. (SANTOS, 1996, p.51).

Há outro ponto importante a ser destacado no movimento de instauração do território como conceito motriz da Geografia Radical, que é sua abrangência e contingência à reflexão a sobre a racionalidade e seu imperativo técnico na crítica do distanciamento social pelo sistema econômico vigente calcado no alcance máximo dos lucros, pois território, neste contexto, passa a englobar as esferas econômica, política e simbólica como possibilidade de contrariar a ordem vigente de distribuição e ação do poder dominantes no mundo (SANTOS, 1996).

Recentemente, houve uma aproximação nas teorizações dos geógrafos radicais e aqueles pertencentes à ala humanista. Isto se deu pelo fato de o território além de ter a significação da posse, a incorporação do poder de determinada área, também engloba em si a carga simbólica de tal concepção, ou seja, o território enquanto habitat do homem nos planos

⁴ Também é digno de nota a relação do território com o Estado, pois para que um país se sustente em toda a sua força política, econômica e social é preciso haver o substrato territorial que o sustente: “[...] não existe Estado sem território. No momento mesmo de sua constituição o Estado integra num conjunto indissociável, entre outros elementos, um território, de que não pode ser privado sob pena de não ser mais Estado. [...] o território estabelece a delimitação da ação soberana do Estado.” (DALLARI, 1976, p. 79-80). Este argumento foi amplamente utilizado durante o período de estabelecimento dos estados-nacionais europeus e na fundamentação da Geografia Política Clássica, que dentre outros temas tratava da relação direta entre a força de um país em relação ao território que este ocupava.

concreto e abstrato (HAESBAERT, 2005). “[...] a territorialidade não pode ser reduzida ao estudo do sistema territorial, ela é a expressão dos comportamentos vividos, ou se preferirmos, da constituição dos mundos pessoal e intersubjetivo.” (HOLZER, 1997, p. 87).

E é nesta aproximação do conceito de território com o meio vivente que Tuan (1982, p. 148-149) diz que para as pessoas “seu território real não é um espaço limitado, mas uma rede de caminhos e lugares”. Portanto, para além de uma concepção geométrica, dialética e histórica do território, seu caráter simbólico não deve ser obliterado pelos dados estatísticos, e também expandindo os horizontes teóricos dos geógrafos críticos e radicais na valorização do cultural e simbólico.

Isto significa dizer que pelo conceito de território é possível dialogar as questões de caráter subjetivo típicas da acumulação de capital contemporânea, calcada na busca e valorização de singularidades, e na perscrutação das nuances econômicas fincadas no espaço geográfico, para assim se fazer a crítica, haver de igual modo, uma preocupação com a afetação desta exploração na esfera das implicações simbólicas do ser humano e da sociedade no território. Talvez por esta dialogia entre o econômico e o simbólico (assim como mencionado no caso do conceito de lugar) é que atualmente o território tenha a maior notoriedade entre os conceitos-chave da Geografia.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira conclusão que podemos retirar após esta exposição de alguns dos principais conceitos da Geografia é a sua inerente relação mútua de complementariedade. A região, o lugar, a paisagem e o território são individualmente e em conjunto as derivações discursivas do espaço enquanto categoria primeira do escopo teórico do pensamento geográfico.

O que se identifica atualmente na Geografia é um afastamento categorial do espaço em detrimento da valorização e exclusivismo conceitual de seus termos teóricos e linguísticos que lhe são derivados, como é o caso da região, lugar, território e paisagem. Como vimos nas análises apresentadas, para cada momento histórico, circunscrição de pensamento ou alinhamento de corrente há esta pujança em atribuir ao seu conceito cativo a ocupação de categoria basilar e fundamental da Geografia. Para Moraes (1986), isto ocorre pelo fato de por

muito tempo não ter havido uma preocupação mais incisiva dos geógrafos para com uma epistemologia da Geografia, cenário que atualmente começa a se reverter.

O processo de elevação de significação destes conceitos para a sublimação discursiva dos mesmos como sendo a própria totalidade espacial é que deve ser posto em questão. À primeira vista, pode parecer uma excessiva defesa do ponto primordial do espaço como categoria geográfica. No entanto, o que mais se procurou expor aqui é como esta valorização dos conceitos acaba por afastar os geógrafos de si mesmos, por meio de discursos teóricos que terminam por anular a comunicabilidade entre eles.

Este fato pode ser visto, por exemplo, no fosso abismático existente entre os preocupados com a teorização filosófica da Geografia e os representantes dos ramos mais técnicos e mais voltados ao desenvolvimento da instrumentalização metodológica, útil ao exercício das práticas laboratoriais, observacionais, descritivas e analíticas desta ciência. Tanto os mais teóricos como os mais práticos possuem igual importância, fazendo parte do mesmo pilar epistêmico.

Seguindo o ímpeto de unificação discursiva a fim de superar os empecilhos e obstáculos provindos deste esquecimento categorial é que o presente texto se enquadra, reverberando uma valorização do diálogo entre os conceitos do cânone teórico da Geografia; com isso, a totalidade do pensar e fazer Geografia será alcançada, pois é no seu caráter múltiplo de visualizar os fatos no constante movimento do seu caráter espacial do mundo que os geógrafos possuem sua distinção dentre o rol das ciências humanas e naturais, contribuindo efetivamente para a compreensão das relações entre o homem e o meio.

8 REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1996.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. 2ª ed. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, Coleção Tópicos, 2008.

CARLOS, A F. A. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia e educação no cenário do pensamento complexo e interdisciplinar. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 22, n.2, jul./dez., p. 123-136, 2002. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/15389>. Acesso 20.10.11.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

CHRISTOFOLETTI, A. As Perspectivas dos Estudos Geográficos. In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

CORREA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSGROVE, D. **Social formation and Symbolic Landscape**, Londres: Croom Helm, 1984.

DALLARI, D. A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 3 Ed. São Paulo: Saraiva, 1976.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

DOLFFUS, O. **O Espaço Geográfico**. 3ª Ed. Trad. Heloysa de Lima Dantas. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

FERREIRA, I. C. B. A visão geográfica do espaço do homem. In: MENDONÇA, F; KOSEL, S. (ORG.) **Epistemologia da Geografia**. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

FRÈMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.

FRIEDMANN, J. R. P. **Introdução ao planejamento regional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1960.

GOMES, P. C.C. **Geografia e Modernidade**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo, 2005.

HOLZDER, W. Uma discussão fenomenológica Sobre os conceitos de paisagem e lugar, Território e meio ambiente. In: **Revista TERRITÓRIO**, ano 11, n.º 3, jul./dez. 1997.

JOHNSTON, R. J. **Geografia e geógrafos: a geografia humana anglo-saxônica desde 1945**. Trad. Oswaldo Bueno Amorim Filho. São Paulo: Difel, 1986.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Trad. Margarida Maria de Andrade & Sergio Martins Belo Horizonte/MG: EdUFMG, 2008.

MARTINS, E. R. Geografia e Ontologia: o fundamento geográfico do ser. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, N.º 21, pp. 33 - 51, 2007.

MORAES, A. C. R. Historicidade, consciência e construção do espaço: notas para um debate. In: SOUZA, M. A; SANTOS, M. (ORG.) **A Construção do Espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

RIBEIRO, L. A. M. Questões regionais e do Brasil. In: RUA, J. et. al. (Org.). **Para ensinar geografia**. Rio de Janeiro: ACCESS Editora, 1993.

RUA, J. Questões regionais e organização regional do Brasil. In: RUA, J. et. al. (Org.). **Para ensinar geografia**. Rio de Janeiro: ACCESS Editora, 1993.

THRIFT, N. Space: The Fundamental Stuff of Geography. In: CLIFFORD, N. J et. al. (org.) **Key Concepts in Geography**. 2 Ed. London: SAGE Publications, 2009. p. 85-96.

TUAN, Y. F. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. [Org.] **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

SANTOS, BOAVENTURA, S. **Um discurso sobre as ciências**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, São Paulo 2005.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SILVA, A. C. A Aparência, o Ser e a Forma - Geografia e Método. In: **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, Vol. 2, No 3 , 2000.

SIMMEL, G. **A Filosofia da Paisagem**. Trad. Artur Mourão. Universidade da Beira Interior: Covilhã, 2009.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 11^a Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

WANNER, M. C. A. **Paisagens sígnicas: uma reflexão sobre as artes visuais contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2010.